



SINAGA

SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS

2019



Índice

Informação Geral	3
Órgãos Sociais	4
Relatório de Gestão	5
Balanço, Demonstração de Resultados e Notas Explicativas	14
Demonstrações Financeiras	15
Anexos às Demonstrações Financeiras	20
Relatório e Parecer do Fiscal Único	61
Certificação Legal de Contas	64



INFORMAÇÃO GERAL

3



Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais à data do encerramento do exercício eram os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Susana Margarida de Oliveira Viveiros Simões
Secretário: Maria do Sameiro Miranda Amaral Mesquita Gabriel
Secretário: Diana Rosa Ávila Valadão

Conselho de Administração

Presidente: Rui Carlos Terra Maciel
Vogal: André Rodrigues Bonança

4

Conselho Fiscal

Presidente: Duarte Giesta & Associados, SROC., representada pelo Dr. Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Vogal: Fernando Roberto Arruda Azeredo Pontes
Vogal: Celestina Filomena Gonçalves Oliveira
ROC Suplente: Leopoldo Alves & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Leopoldo de Assunção (ROC nº319)



Handwritten signature in blue ink.

RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signature in blue ink.

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 66º do CSC e dos estatutos da empresa, e após conclusão do exercício económico de 2019, o Conselho de Administração que tomou posse no ano de 2019, em apresentar o Relatório & Contas da sociedade, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise da conjuntura

O ano de 2019, ficou marcado uma vez mais, por grande volatilidade e oscilação de preços a nível mundial.

Se até setembro, verificou-se uma ligeira descida do preço a nível mundial, de setembro até ao final do ano, o preço aumentou exponencialmente, na ordem dos 40%.



6

Fig 1- Evolução do preço do açúcar no mercado internacional \$USD/100LS

Este contexto de pura comercialização, coloca-nos desafios diariamente, pelo que a capacidade de resposta aos estímulos do mercado é condição determinante para um bom desempenho, sendo certo que a negociação de contratos de fornecimento na Europa, terá necessariamente que responder a dois critérios – Preço e prazo, de modo a se contornar a imprevisibilidade do mercado.

No exercício de 2019, é de registar que numa empresa com alguns problemas estruturais “crónicos” tenha conseguido um desempenho em termos comerciais que supera os últimos 2 anos e acima de tudo, consegue reverter a tendência de perda de quota, fundamentada pela alteração dos hábitos alimentares e iniciativas oficiais de taxar os produtos açucarados.



A Sinaga, prosseguiu em 2019, um caminho de reequilíbrio de Balanço, bem como de ganho de valor para a empresa.

A evolução sustentável do seu desempenho bem como a regularização de algumas imparidades continuam a ser o grande objetivo do Conselho de Administração.

Evolução da Gestão

A estabilização do quadro pessoal mais reduzido em virtude das cedências por interesse público para outros locais da Administração pública Regional, permitiu a racionalização e otimização dos recursos, fator que contribuiu para a performance positiva.

Nesta altura dos 62 colaboradores vinculados à empresa, prestam serviço na própria, apenas 29 colaboradores, sendo que 33 se encontram cedidos a outras entidades da Administração Pública Regional, ao abrigo das "Cedências por interesse Público".

A empresa com o quadro de pessoal mais reduzido, tem outra eficiência, pois os colaboradores têm que estar aptos a se adaptarem às exigências da operação, desempenhando outras funções que não as inicialmente definidas.

Em termos comerciais, este ano de 2019 foi o melhor dos últimos 3 anos.

Se relativamente às vendas de pacote de Kg, apenas se aumentou 1,46%, as vendas do Açúcar Granel aumentaram cerca de 105% em quantidade e 91,90% em valor.

A Contratualização com os principais operadores da pastelaria e Produtores de Licores foi fator decisivo para este aumento exponencial, ao qual se associa a venda a novos clientes no Continente, especialmente no último trimestre de 2019.

Nos produtos da gama com valor acrescentado, continuamos a crescer sustentadamente nas saquetas, cerca de 3%, sustentado também pelo fluxo turístico que se tem verificado nos últimos anos.

No Açúcar amarelo e confeito, pequenas descidas residuais, de 0,45% e 3,40% respetivamente.

No geral, a Sinaga vendeu em 2019 mais 591 toneladas de Açúcar, do que em 2018.

Na vertente do Melaço e após a concretização da importação de um Navio, com descarga em agosto, a Sinaga constitui-se como um parceiro importante no setor primário, fornecendo as quatro principais Fábricas de Ração do arquipélago.

As vendas no terceiro e quarto trimestre duplicaram e as perspetivas para 2020 neste setor, são as melhores.

É de registar a operação de descarga do navio (3 mil toneladas de melaço) em 32 horas, operação que teve a contribuição de praticamente todo o pessoal, afeto à manutenção e não só, com uma frota de 9 cisternas em constante movimento e descarga para três locais diferentes Lagoa 1 e 2 e Ponta Delgada.



Facil
[Signature]

O comparativo das vendas entre 2018 e 2019, está representado na figura 2.

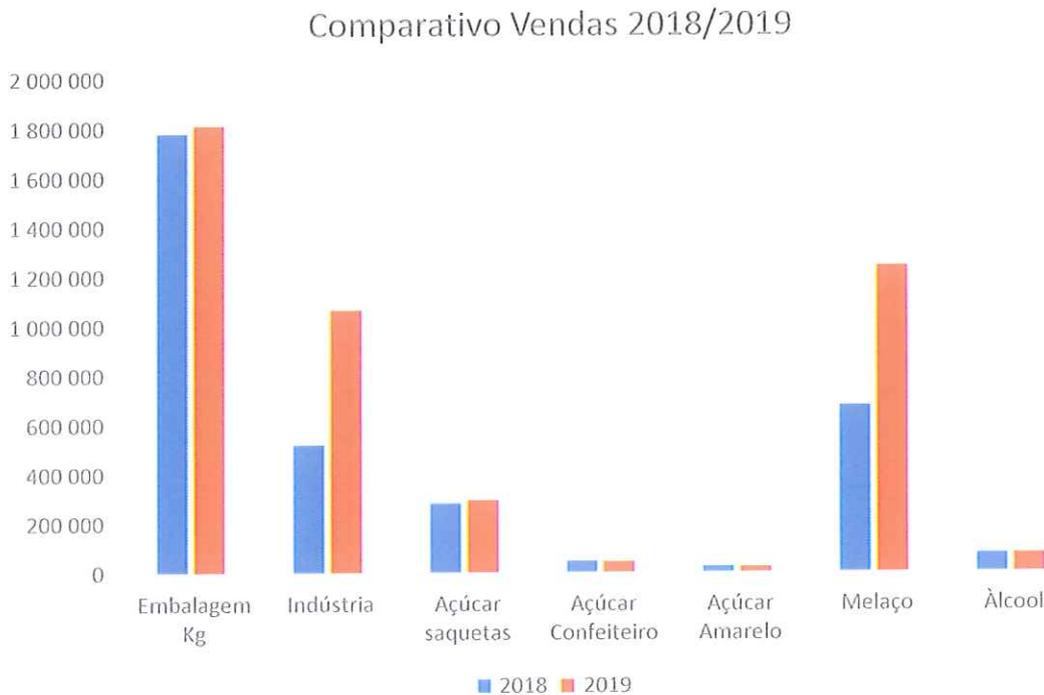


Fig. 2 – Comparativo de Vendas por unidade de medida – Sinaga SA.

Concretizou-se a previsão de venda do imóvel denominado “Mato da Correa”, no primeiro semestre, sendo que os réditos obtidos por essa via, permitiram a regularização da situação com a Autoridade Tributária.

A empresa, assinou contrato de Promessa compra e venda do imóvel “Fábrica de álcool da Lagoa”, o qual deverá ser concretizado em 2020, tendo desde logo, iniciado os processos para transferência da secção do álcool (armazenamento e engarrafamento) para o estabelecimento de Ponta Delgada e de mudança de residência do “caseiro” que ocupava casa no recinto da Fábrica há vinte anos.

Ainda, no âmbito dos ativos fixos tangíveis, a Sinaga SA., conseguiu no exercício de 2019, regularizar o registo do imóvel denominado “Casa do Paim”, que serviu durante muitos anos de local de passagem para o abastecimento de água da Fábrica de Santa Clara, sendo que em termos prediais não se encontrava registado, situação que se arrastava por não haver, informação disponível sobre o imóvel.

Trata-se de um imóvel com ótima localização e com uma valorização em crescendo.



Handwritten signature in blue ink, possibly 'F. Pereira', and a black ink signature below it.

No exercício de 2019, prosseguiu-se a política de apresentação de novos produtos, começando-se a comercializar o “Açúcar Biológico” num formato diferente, nomeadamente em embalagens de 500 gr.

A empresa, consubstanciada neste desempenho positivo, e na venda do ativo denominado “Mato da Correa”, consolidou a apresentação de Resultados Líquidos positivos, corrigindo ainda algumas situações antigas efetuando as respetivas imparidades, indo de encontro também às recomendações do Tribunal de Contas.

Não obstante o significativo aumento do nível de atividade da empresa em 2019, conseguiu-se, ainda assim, reduzir a estrutura de custos fixos, nomeadamente nas rubricas de Fornecimentos e Serviços externos – redução de 21% e de Gastos com Pessoal, redução de 23%, consequência direta da reestruturação do Conselho de Administração.

Na contabilização dos Fornecimentos e Serviços há a registar importantes reduções nas rubricas Honorários -27%, Conservação e Reparação -16%, Serviços bancários -51% e Seguros -48%.

Uma referência para a situação da nossa participada Fábrica de Refrigerantes João de Melo Abreu, que não pagou o anteriormente acordado com a Sinaga, situação que despoletou a decisão de execução dos valores vencidos, que ascendiam na altura a 300.000 euros (Trezentos mil euros).

Conclusões e evolução previsível da sociedade:

9

A Sinaga, continua a evidenciar sinais de recuperação de valor da empresa e de reequilíbrio das suas contas.

A empresa consolida o Resultado Líquido positivo apresentado em 2018, passando de 68.553,74€ para 240.647,29€ em 2019.

A resolução do contencioso administrativo que se arrastou desde 2015 e a regularização com a Autoridade Tributária, permite à empresa apostar em novos desafios e melhorar ainda mais a operação, quer pela adaptação da estrutura existente no departamento de embalagem, para permitir poupanças no custo da mercadoria, quer na dinâmica com as Instituições de Crédito.

Os contratos já efetuados no final de 2019, com o fornecedor francês dá algum conforto em termos comerciais pois o preço de compra muito competitivo vai refletir-se num aumento de margem líquida relevante.

A consolidação dos contratos de fornecimento com dois clientes no Continente português tem abrem boas perspetivas para aumentar o volume das vendas pois, ambos consomem quantidades muito significativas face à realidade açoriana e demonstram à evidência os bons contratos de aquisição firmados no Continente.

Na sequência do plano de recuperação da empresa aprovado pelo acionista, que prevê a venda de património para liquidação de passivo, a Sinaga pretende concretizar a venda do imóvel da



fábrica de Álcool da Lagoa em 2020, prosseguindo assim, na estratégia delineada pelo acionista.

Em termos financeiros 2020, será um ano muito desafiante pois prevê o pagamento de capital às instituições Financeiras relevante, pelo que a presença do acionista será importante para empresa solver os seus compromissos.

O contencioso em curso:

O contencioso pendente na empresa é na sua totalidade proveniente do passado e ascende a um montante global de 1.912.884 euros, conforme nota 25 do anexo às Demonstrações Financeiras.

De salientar que durante o exercício de 2019, foram extintos por pagamento voluntário os processos n.ºs 2992200501008498 e 2992200501010603, respeitantes à exportação de açúcar produzido de Ramas de beterraba e a saídas de Álcool não documentadas.

Os detentores do capital:

Pela Resolução do Conselho do Governo dos Açores n.º 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, entendeu o Governo Regional dos Açores, passar a deter diretamente os 100% da participação pública do capital social da Sinaga, ao invés de indiretamente, via Ilhas de Valor SA.

10

O Capital Social da Sinaga, tem o valor 5.623.320€, representado por 1.124.664 ações com o valor nominal de 5€, todas realizadas.

Nos termos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho fiscal não detinham ações da empresa à data do encerramento das contas, nem detiveram durante todo o exercício de 2019.

O Conselho de administração, alertou o acionista para o facto de à data de 31/12/2019, a empresa se encontrar ao abrigo do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente com a perda de pelo menos 50% do capital Social da Empresa, pelo que será necessário que o acionista se pronuncie sobre a adoção de medidas que permitam ultrapassar esta situação.

As políticas de gestão de riscos financeiros:

Durante o ano de 2019 as taxas de referência do Banco Central Europeu continuam a níveis historicamente baixos beneficiado assim a Sinaga uma vez que a empresa se encontra muito alavancada e qualquer variação nos indexantes têm repercussões significativas nos juros a pagar.



Facil
[Signature]

Durante o ano de 2019 foram renegociados alguns financiamentos de forma a prorrogar os seus períodos de carência de amortização de capital, bem como, de condições mais vantajosas das que estavam em vigor.

Durante o exercício de 2019, a empresa conseguiu reduzir o passivo bancário.

A Sinaga continua com um controlo rigoroso sobre os créditos concedidos aos clientes, bem como, os prazos de pagamento desses mesmos créditos de forma a minimizar o impacto negativo que possam ter na tesouraria da empresa.

Balanço Social

A 31 de dezembro de 2019, o número de efetivos a prestar serviço nos estabelecimentos da Sinaga, em Ponta Delgada e Lagoa era de 29 colaboradores (27 em Ponta Delgada e 2 na Lagoa), sendo que se encontrava de baixa um colaborador e outros dois com licença sem vencimento.

De referir que se encontravam cedidos a outras entidades da Administração Regional, 32 colaboradores, assim distribuídos:

- 3 Colaboradores à USISM;
- 1 Colaborador à DROP;
- 9 Colaboradores ao Matadouro de São Miguel;
- 7 Colaboradores cedidos ao Serviço Desenvolvimento Agrário;
- 1 Colaborador à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas;
- 2 Colaboradores ao IAMA (Sede);
- 6 Colaboradores aos serviços Florestais;
- 1 Colaborador cedido à Segurança Social;

11

No final do ano de 2019, foi para a reforma o Mestre Gilberto Costa, referência da empresa ao longo dos últimos 50 anos em que foi um dos pilares dos Serviços de Manutenção, sempre atento e prestável e acima de tudo um exemplo de profissionalismo.

A Sinaga assegurou com regularidade e normalidade durante o ano de 2019 os gastos com benefícios pós-emprego num montante de 8.618,96€ referentes a complementos de reforma e doença, considerando já o recálculo dos complementos de reforma concedidos aos ex-funcionários de acordo com a cláusula 46 do Acordo de Empresa.

Há a salientar que o Conselho de Administração, denunciou o Acordo de Empresa existente com o intuito de precipitar a negociação com os Sindicatos de modo a adaptar o Acordo de Empresa ao novo contexto em que a SINAGA atua.



Faciél
R-7

Indicadores Financeiros

Indicadores financeiros	2019
Eficiência e atividade	
EBITDA / Custos operacionais	67,61%
EBITDA / Custos com pessoal	356,92%
Prazo médio pagamentos	269,37
Endividamento	
Gastos de financiamento / dívida financeira	3,67%
Rentabilidade e crescimento	
EBTIDA	1 904 399,29 €
Proveitos	
EBITDA / Proveitos	52,55%
Resultados	
Resultados antes de impostos	305 373,03 €
Outros indicadores financeiros	
Autonomia financeira	1,85%
Solvabilidade	1,89%

12

Aplicação de Resultados

No exercício de 2019, apurou-se um Resultado Líquido de 240.647,29€ (Duzentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta e sete euros e vinte nove cêntimos), que o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de Resultados, 5% (12.032,36€) para Reservas Legais e o remanescente (228.614,93€) para Resultados Transitados, assumindo desse modo, a situação líquida da empresa um valor de 491.615,05€ (Quatrocentos e noventa e um mil, seiscentos e quinze euros e cinco cêntimos).

Agradecimentos

Ao encerrar o primeiro ano de mandato deste Conselho de Administração em formato mais reduzido, vêm os membros do Conselho De Administração manifestar o seu profundo agradecimento às entidades e personalidades cujo apoio foi fundamental para prosseguirmos um caminho de recuperação de valor da empresa e reequilíbrio do seu Balanço.

Ao nosso Acionista, por todo o acompanhamento da empresa.



Ao Conselho Fiscal, pela disponibilidade e apoio próximo que sempre dispensou à empresa.

Aos nossos Clientes e Fornecedores que nos honraram com a sua confiança.

E aos nossos colaboradores que pela sua dedicação, esforço e empenho muito contribuíram para o bom desempenho de 2019.

Ponta Delgada, 31 de Janeiro 2020

O Conselho de Administração



*Paul
Heres*

**BALANÇO
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
E NOTAS EXPLICATIVAS**



Final
Final

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Fiscal

BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2019	2018
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	21 662 041,49	23 048 112,53
Ativos intangíveis	8	144 000,00	168 000,00
Outros investimentos financeiros	24	1 409 899,33	1 408 865,70
		<u>23 215 940,82</u>	<u>24 624 978,23</u>
Ativo corrente:			
Inventários	9	1 434 203,28	1 446 567,86
Clientes	10	1 303 712,05	1 726 753,66
Estado e outros entes públicos	11	26 377,40	165 689,49
Outros créditos a receber	10	518 112,32	304 292,27
Diferimentos	12	6 031,70	5 011,99
Caixa e depósitos bancários	4	43 012,33	63 135,98
		<u>3 331 449,08</u>	<u>3 711 451,25</u>
Total do Ativo		<u>26 547 389,90</u>	<u>28 336 429,48</u>
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	13	5 623 320,00	5 623 320,00
Reservas legais	13	115 822,47	112 394,78
Outras reservas	13	698 720,93	698 720,93
Resultados transitados	13	(23 248 226,33)	(23 917 493,75)
Excedentes de revalorização	13	17 056 800,16	7 007 980,34
Outras variações no capital próprio	13	4 530,53	10 917 750,22
		<u>250 967,76</u>	<u>442 672,52</u>
Resultado líquido do período		240 647,29	68 553,74
Total do Capital Próprio		<u>491 615,05</u>	<u>511 226,26</u>
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Estado e outros entes públicos	11	1 678 984,67	2 942 499,32
Financiamentos obtidos	16	16 352 927,83	19 385 038,81
Passivos por impostos diferidos	14	284 345,26	30 744,00
		<u>18 316 257,76</u>	<u>22 358 282,13</u>
Passivo corrente:			
Fornecedores	15	1 685 023,60	1 944 385,03
Estado e outros entes públicos	11	328 783,97	910 216,83
Financiamentos obtidos	16	3 983 450,18	1 182 324,41
Outras dívidas a pagar	15	1 040 509,34	554 994,82
Diferimentos	13	701 750,00	875 000,00
		<u>7 739 517,09</u>	<u>5 466 921,09</u>
Total do Passivo		<u>26 055 774,85</u>	<u>27 825 203,22</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo		<u>26 547 389,90</u>	<u>28 336 429,48</u>

Contabilista Certificado

Lúcia Maria Brasil Eves

O Conselho de Administração

Z. Carlos Teóforo Figueira
André Bragança



Facil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Vendas e serviços prestados	17	2 500 909,26	2 135 523,60
Subsídios à exploração	18	2 306 688,13	1 825 054,94
Variação nos inventários da produção	9	(5 612,96)	(286 488,29)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1 977 335,33)	(1 449 503,67)
Fornecimentos e serviços externos	19	(305 899,59)	(386 973,77)
Gastos com o pessoal	20	(533 563,20)	(696 068,31)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	(343 877,04)	116 778,16
Aumentos/reduções de justo valor	24	741,42	(196,91)
Outros rendimentos	21	1 123 015,67	307 030,39
Outros gastos	22	(860 667,07)	(519 879,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		1 904 399,29	1 045 276,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(252 273,37)	(229 225,73)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	(600 000,00)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		1 052 125,92	816 051,10
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	23	(746 752,89)	(748 696,91)
Resultado antes de impostos (EBT)		305 373,03	67 354,19
Imposto sobre o rendimento do período	14	(64 725,74)	1 199,55
Resultado líquido do período		240 647,29	68 553,74

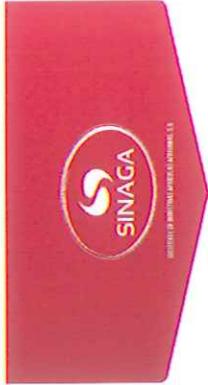
Contabilista Certificado

Luísa Maria Boesip Eves

O Conselho de Administração

F. Carlos Ten. Facil
André Barros

17



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DE 2019 e 2018

Rubricas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no capital	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO EM 01.01.2018	5.623.320,00	112.304,78	608.720,05	(22.458.801,81)	10.020.015,49	7.030.488,34	(821.535,07)	1.104.892,63
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				(821.535,07)			821.535,07	-
Aplicação dos resultados				24.000,00		(24.000,00)	-	-
Alterações de políticas contabilísticas								-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				(1.512,00)	457,41	1.512,00	457,41	
Realização do excedente de revalorização				(699.644,87)	(2.722,95)		(699.644,87)	
Excedentes de revalorização				(1.438.801,04)	(2.265,24)	(22.438,00)	2.034.851,01	(481.810,11)
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							821.535,74	821.535,74
RESULTADO INTEGRAL							69.356,37	69.356,37
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
POSIÇÃO NO FIM DE 31.12.2018	5.623.320,00	112.304,78	608.720,05	(23.017.403,79)	10.017.750,22	7.007.050,34	69.356,37	511.228,26
POSIÇÃO EM 01.01.2019	5.623.320,00	112.304,78	608.720,05	(23.017.403,79)	10.017.750,22	7.007.050,34	69.356,37	511.228,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO				95.426,05			(95.426,05)	-
Aplicação dos resultados								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras				608.833,37	(690.301,32)	(28.232,04)		0,00
Realização do excedente de revalorização				(4.392,00)	457,41	(533.601,29)		(537.535,88)
Excedentes de revalorização					(10.333.376,78)	10.330.853,13		(2.222,65)
Ajustamentos por impostos diferidos					(10.013.310,80)	10.008.810,92		(200.298,50)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							240.047,20	240.047,20
RESULTADO INTEGRAL							240.047,20	110.811,21
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Aumentos de capital								
POSIÇÃO NO FIM DE 31.12.2019	5.623.320,00	112.304,78	608.720,05	(23.248.226,33)	4.530,53	17.058.800,30	240.047,20	401.815,05

Facil
[Signature]
[Signature]



Faivel

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		3 705 147,55	2 266 051,92
Pagamentos a fornecedores		(3 732 679,93)	(2 803 310,30)
Pagamentos ao pessoal		(370 423,92)	(484 591,10)
Caixa gerada pelas operações		(397 956,30)	(1 021 849,48)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 046,32)	-
Outros recebimentos/pagamentos		(158 946,02)	1 959 214,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(559 948,64)	937 365,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(73 045,32)	(42 476,52)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(562,80)	(854,40)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 563 634,35	87 906,20
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		219,54	1 134,62
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		1 490 245,77	45 709,90
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 886 153,96	3 990 008,90
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuizos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 117 139,17)	(4 025 440,23)
Juros e gastos similares		(719 435,57)	(946 817,05)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(950 420,78)	(982 248,38)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(20 123,65)	826,76
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	63 135,98	62 309,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	43 012,33	63 135,98

19

Contabilista Certificado

Júlia Maria Brasil Eves

O Conselho de Administração

R. Carlos Teófilo Faivel
António Bragança



*Facil
João*

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20 _____



Facil
[Signature]
[Signature]

01 – Introdução

SINAGA Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A., abreviadamente designada por SINAGA, com sede na Rua de Lisboa, nº 75, constituída a 28 de abril de 1968, tem como objeto a exploração das indústrias agrícolas, bem como as indústrias subsidiárias daquelas, podendo criar ou extinguir outras formas de representação social em qualquer ponto do território. CAE rev3: 10810 – produção de açúcar.

SINAGA rege-se pelo seu Estatuto e pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e também por disposições do Governo Regional relacionadas com a sua atividade.

02 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e respetivas normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

21

03 – Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.



Facil
[Signature]
[Signature]

a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF, 1 de janeiro de 2010, a sociedade decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, enquanto as despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos e de acordo com o regime do acréscimo.

A sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.



Handwritten signatures in blue ink.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após a dedução do seu valor residual. A SINAGA deprecia os seus ativos de acordo com a melhor estimativa de vida útil para cada bem ou grupo de bens.

As vidas úteis utilizadas no período são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 25
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos tangíveis	4 - 10

23

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos, incorridas pela empresa, são adicionadas aos respetivos ativos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um custo na rubrica de “Outros custos operacionais”.

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica “Excedentes de revalorização”, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações negativas são registadas diretamente na rubrica “Excedentes de revalorização” até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo, qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente



Faizil
[Signature]
Ferreira

reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização respetivo ao ativo, incluído no capital próprio, é transferido para a rubrica “Resultados transitados”.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

24

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas contabilísticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



Facil
[Signature]
[Signature]

d) Ativos intangíveis

A empresa reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis referem-se à marca "SINAGA", que está mensurada ao justo valor determinado com base na avaliação de um perito independente realizada em 2013.

As marcas, até 2015, não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

No ano de 2016 e seguintes são amortizáveis à taxa de 10% ao ano.

25

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela SINAGA necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que são incorridos.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor dos ativos intangíveis são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

Os ativos intangíveis mensurados ao justo são desreconhecidos na alienação ou quando não se espere benefícios económicos futuros.

As depreciações foram efetuadas sobre o valor de aquisição e revalorizações realizadas em anos anteriores.



Facil
Buy
Howes

e) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos de venda e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão das perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações/amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

26

f) Participações financeiras

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes, detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação e classificados como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição (ou em alternativa pelo método da equivalência patrimonial) e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.



Faustino
Guilherme
Henrique

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo.

As perdas estimadas na realização de empréstimos concedidos a empresas de grupo e associadas são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

g) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui despesas incorridas até ao armazenamento (custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual).

Os produtos e trabalhos em curso, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos e produtos acabados e intermédios encontram-se valorizados ao custo estimado de produção (inclui o custo de matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico). Ao longo do exercício é utilizado o custo padrão, o qual é ajustado no final do exercício para o custo efetivo.

27

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos que se preveem necessários para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo ou de produção é superior ao valor realizável líquido, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, que é repostada quando deixam de existir as condições que a originaram.

As variações do período nas perdas por imparidade dos inventários, a existirem, são registadas na rubrica de imparidade de inventários (perdas/reversões) da demonstração dos resultados.

O método de custeio das saídas de inventários é o custo médio ponderado.

h) Ativos e passivos financeiros



F. F. F. F.
F. F. F. F.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando se tornam parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados, em cada data de relato, ao custo amortizado que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável, desde que (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) os retornos sejam de montante fixo ou determinável; e (iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de *'factoring sem recurso'*, são relevadas nas demonstrações financeiras até ao momento do seu recebimento.

28

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.



Facil
[Signature]
Funes

Fornecedores

Os saldos de Fornecedores são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado, que usualmente não difere substancialmente do seu valor nominal.

Os encargos financeiros incorridos com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias ou imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.

29

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis incorridos até à data em que ficam disponíveis para a utilização são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo.

Outros ativos e passivos financeiros

Os outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos outros ativos financeiros na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de



Faustino
[Signature]
[Signature]

resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros passivos financeiros, que incluem dívidas ao Estado e Outras contas a pagar são geralmente registadas ao custo amortizado, que usualmente não difere do seu valor nominal.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

30

i) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado até 2015. A partir de 2015 o capital social apresentado corresponde ao capital subscrito à data do relato financeiro.

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

j) Periodização de gastos e rendimentos



R. F. Pereira
J. F. Pereira

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo/periodização económica. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

k) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A SINAGA tenha transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens;
- A SINAGA não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos,
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a SINAGA; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com a prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa



Faustino
Faustino

ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- o A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- o Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a SINAGA;
- o A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- o Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possa ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de mercadorias ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

32

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

I) Subsídios

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.



Zacil
Heres

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a empresa cumprirá as condições contratualmente assumidas, e que o mesmo será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato, sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar *deficits* de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

m) Benefícios dos empregados

A empresa reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

n) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes



Faustino
[Signature]
[Signature]

dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data das operações. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

34

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.



Faivel
[Signature]
Faivel

q) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ou que dão origem a ajustamentos são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ou que não dão origem a ajustamentos são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente significativos.

35

s) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado.



Zacil
[Signature]
[Signature]

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos são depreciados pelo método das quotas constantes em função da sua vida útil, iniciando-se a depreciação a partir do mês de entrada em funcionamento do ativo. A empresa faz uma revisão à vida útil e ao método de depreciação no encerramento de cada período. As alterações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como alterações de estimativas.

A SINAGA avalia para cada ativo intangível adquirido se a sua vida útil é finita ou indefinida. Para este efeito considera-se que um ativo intangível tem uma vida útil indefinida quando não existe um limite previsível ao período durante o qual se vão obter benefícios económicos futuros. Faz-se uma revisão à vida útil e ao método de amortização dos ativos intangíveis no final de cada período. As modificações aos critérios inicialmente estabelecidos são reconhecidas como uma alteração de estimativas.

36

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados.



Facil
[Signature]
Ferreira

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outras contas a receber são baseadas na avaliação efetuada pela empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e fatores que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade dos inventários

As perdas por imparidade relativas a inventários são baseadas na avaliação efetuada do preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para efetuar a sua venda. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos inventários face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica e das tendências sectoriais. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

37

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



Facil
[Signature]
[Signature]

04 – Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A SINAGA classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os saldos de caixa e depósitos bancários encontram-se disponíveis para uso. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se como segue:

38

Caixa e seus Equivalentes

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	229,20	3 964,80
Depósitos bancários	<u>42 783,13</u>	<u>59 171,18</u>
	<u>43 012,33</u>	<u>63 135,98</u>



R. Faial
[Signature]
[Signature]

05 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

06 – Partes relacionadas

Em dezembro de 2015, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Sinaga, S.A., seguida de um aumento de capital social para 1.853.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. passou a deter a totalidade do capital social, 370.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada uma.

Em dezembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de 900.000,00 euros, mediante a emissão de 180.000 novas ações com o valor nominal de 5,00 euros cada.

O capital em 2016 era de 2.753.000,00 euros, representado por 550.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada.

Em 2017, pela Resolução do Conselho do Governo nº 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, foi autorizada a transmissão não onerada da totalidade das 550.600 ações da Sinaga, detidas pelas Ilhas de Valor, SA, para a Região Autónoma dos Açores, ficando esta com 100% do capital.

Foi também deliberado um aumento de capital social em espécie, mediante a entrada do prédio urbano com artigo matricial 2179, localizado nas Capelas, e com o valor de avaliação de 2.870.320,00 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e vinte euros) propriedade do atual acionista Região Autónoma dos Açores, cuja a realização foi efetuada em março de 2018.



Rfaeil
[Signature]
Fines

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a SINAGA apresentava os seguintes saldos com acionistas e partes relacionadas:

	2019	2018
Cientes		
Região Autónoma dos Açores	0,00	0,00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	<u>503 753,24</u>	<u>424 936,13</u>
	<u>503 753,24</u>	<u>424 936,13</u>
Fornecedores		
Região Autónoma dos Açores	0,00	0,00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	<u>100,23</u>	<u>100,23</u>
	<u>100,23</u>	<u>100,23</u>
Empréstimos		
Região Autónoma dos Açores	0,00	0,00
Empresa subsidiária - Fabrica de Cervejas e R. João de Melo Abreu, Lda	<u>1 400 000,00</u>	<u>1 400 000,00</u>
	<u>1 400 000,00</u>	<u>1 400 000,00</u>

Os empréstimos à empresa Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda vencem juros semestrais à taxa Euribor a 6 meses em vigor à data de início de cada período de contagem de juros acrescida de 7%, sendo ainda devido a título de encargos 0,4% sobre os juros calculados para o semestre. O reembolso do capital será em 21 prestações semestrais com início em 16 de junho de 2015.

Em 25 de setembro de 2017 foi efetuado um novo acordo para reestruturação dos valores em dívida, prevendo numa primeira fase o pagamento de 5.000,00 euros mensais para amortização dos valores vencidos e correntes. A partir de maio de 2018 a prestação mensal seria de 7.500,00 euros.

Este acordo não está a ser cumprido pela Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda..

07 – Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Azeite' and another signature.

	<u>Terreno</u>	<u>Edifícios e outras construções</u>	<u>Equipamento básico</u>	<u>Equipamento de transporte</u>	<u>Equipamento administrativo</u>	<u>Outros activos fixos tangíveis</u>	<u>Total</u>
Custo							
Em 1 Janeiro de 2018	16 880 610,17	5 521 835,79	7 192 322,06	382 955,79	126 094,12	118 124,72	30 221 942,65
Adições	2 870 320,00		4 846,50	35 344,49	2 243,17	42,36	2 912 796,52
Ativo fixo tangível em curso			29 000,00				29 000,00
Alienações e abates			-69 045,87	-64 265,97	-21 105,84		-154 417,68
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>19 750 930,17</u>	<u>5 521 835,79</u>	<u>7 157 122,69</u>	<u>354 034,31</u>	<u>107 231,45</u>	<u>118 167,08</u>	<u>33 009 321,49</u>
Depreciações acumuladas							
Em 1 Janeiro de 2018	0,00	3 792 679,13	5 503 920,50	371 974,04	67 165,36	118 124,72	9 853 863,75
Adições	0,00	11 415,86	186 395,16	5 194,55	2 213,10	7,06	205 225,73
Regularização depreciação		25 503,80	-139,54	9 468,79	-32,16		34 800,89
Alienações e abates			-47 341,76	-64 265,97	-21 073,68		-132 681,41
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>0,00</u>	<u>3 829 598,79</u>	<u>5 642 834,36</u>	<u>322 371,41</u>	<u>48 272,62</u>	<u>118 131,78</u>	<u>9 961 208,96</u>
Valor líquido em 2018	<u>19 750 930,17</u>	<u>1 692 237,00</u>	<u>1 514 288,33</u>	<u>31 662,90</u>	<u>58 958,83</u>	<u>35,30</u>	<u>23 048 112,53</u>
Custo							
Em 1 Janeiro de 2019	19 750 930,17	5 521 835,79	7 128 122,69	354 034,31	107 231,45	118 167,08	32 980 321,49
Adições			53 855,32	18 750,00	440,00		73 045,32
Alienações e abates	-584 999,99		-62 617,76	-53 570,00			-701 187,75
Em 31 de Dezembro de 2019	<u>19 165 930,18</u>	<u>5 521 835,79</u>	<u>7 119 360,25</u>	<u>319 214,31</u>	<u>107 671,45</u>	<u>118 167,08</u>	<u>32 352 179,06</u>
Depreciações acumuladas							
Em 1 Janeiro de 2019	0,00	3 829 598,79	5 642 834,36	322 371,41	48 272,62	118 131,78	9 961 208,96
Adições	0,00	33 022,65	181 400,66	12 221,25	1 620,34	8,47	228 273,37
Alienações e abates			-45 774,76	-53 570,00			-99 344,76
Em 31 de Dezembro de 2019	<u>0,00</u>	<u>3 862 621,44</u>	<u>5 778 460,26</u>	<u>281 022,66</u>	<u>49 892,96</u>	<u>118 140,25</u>	<u>10 090 137,57</u>
Valor líquido em 2019	<u>19 165 930,18</u>	<u>1 659 214,35</u>	<u>1 340 899,99</u>	<u>38 191,65</u>	<u>57 778,49</u>	<u>26,83</u>	<u>22 262 041,49</u>

As depreciações foram efetuadas sobre o valor de aquisição e revalorizações realizadas em anos anteriores.

A empresa efetuou em 2014 uma revalorização do terreno e edifício, tendo por base o estudo de avaliação do mês de abril desse ano, por perito avaliador de imóveis no que resultou um excedente de valorização de 4.456.688,82 euros.

Em 2019 registou-se uma imparidade em ativos fixos tangíveis, no montante de seiscentos mil euros, por se verificar que o valor contabilístico da Fábrica do Álcool da Lagoa excede o valor recuperável.



Faciel
[Signature]
[Signature]

08 – Ativos intangíveis

Durante os anos de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	<u>Outros ativos intangíveis</u>
Custo	
Em 1 Janeiro de 2018	240 000,00
Adições	
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>240 000,00</u>
Depreciações acumuladas	
Em 1 Janeiro de 2018	48 000,00
Adições	24 000,00
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2018	<u>72 000,00</u>
Valor líquido em 2018	<u>168 000,00</u>
Custo	
Em 1 Janeiro de 2019	240 000,00
Adições	
Em 31 de Dezembro de 2019	<u>240 000,00</u>
Depreciações acumuladas	
Em 1 Janeiro de 2019	72 000,00
Adições	24 000,00
Alienações e abates	
Em 31 de Dezembro de 2019	<u>96 000,00</u>
Valor líquido em 2019	<u>144 000,00</u>



Zfaciel
[Signature]
[Signature]

Os ativos fixos intangíveis compreendem a marca "SINAGA", que está mensurada ao justo valor de 240.000 euros, em referência a 31 de dezembro de 2014, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SINAGA.

Até ao ano 2015 as marcas não são amortizadas por se considerar que têm vida útil indefinida. A partir de 2015 são amortizadas à taxa anual 10%. Anualmente são sujeitas a teste de imparidade.

9 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nesta rubrica determina-se como segue:

	Em 31 de Dezembro de 2018				
	Mercadorias	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	74,873.09	603,017.36	225,573.99	867,729.58	1,771,194.02
Compras	1,351,873.59	128,003.31			1,479,876.90
Varição da produção			-211,745.92	-74,742.37	-286,488.29
Regularizações	3,015.09	-53,409.70	-2,735.80	0.45	-53,129.96
Custo da matérias consumidas	-1,315,425.14	-134,078.53			-1,449,503.67
Saldo final em 31 de Dezembro	114,336.63	543,532.44	11,092.27	792,987.66	1,461,949.00
Reversão imparidades			132,159.30	-15,381.14	116,778.16
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-132,159.30	-	-132,159.30
Inventário final líquido	114,336.63	543,532.44	11,092.27	777,606.52	1,446,567.86



Zfacil
[Signature]
Zfacil

Em 31 de Dezembro de 2019

	Mercadorias	Matérias primas e consumíveis	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos	Total
Saldo inicial em 1 Janeiro	114 336,63	543 532,44	11 092,27	777 606,52	1 446 567,86
Compras	2 197 717,19	223 286,76			2 421 003,95
Varição da produção	-	-	-5 160,83	-452,13	-5 612,96
Regularizações	-24 208,02	-82 335,19	-	-	-106 543,21
Custo da matérias consumidas	-1 799 235,94	-178 099,39	-	0,00	-1 977 335,33
Saldo final em 31 de Dezembro	488 609,86	506 384,62	5 931,44	777 154,39	1 778 080,31
Reversão imparidades	-	-	-	15 381,14	15 381,14
Perdas por imparidade acumulada	-	-	-	-359 258,18	-359 258,18
Inventário final líquido	488 609,86	506 384,62	5 931,44	433 277,35	1 434 203,27

Em 2019 foram reconhecidas perdas por imparidades no subproduto Cal, no valor de 359.258,18 euros.

10 – Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica classificado no ativo como corrente, resume-se como segue:



Zacil
[Signature]
[Signature]

	Corrente		Não corrente	
	2019	2018	2019	2018
Clientes				
Cientes C/C	1 034 595,91	1 024 770,13	-	-
Cientes factoring	269 116,14	182 839,58		
Cientes de cobrança duvidosa	270 486,90	1 836 552,96		
	1 574 198,95	3 044 162,67	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-270 486,90	-1 317 409,01	-	-
	<u>1 303 712,05</u>	<u>1 726 753,66</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros créditos a receber				
Adiantamentos ao pessoal	700,00	450,00		
Adiantamento a fornecedores	93 841,56	20 586,77		
Fornecedores com saldo devedor	108 512,98	14 857,84	-	-
Acréscimo de rendimentos:				
Outros acréscimos de rendimentos	0,00	0,00	-	-
Outros devedores	315 057,78	268 397,66	-	-
	<u>518 112,32</u>	<u>304 292,27</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	-	-
	<u>518 112,32</u>	<u>304 292,27</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2018, nos clientes cobrança duvidosa estão valores que não foram registados em imparidades. Em 2019 esta situação foi regularizada.

Na rubrica Outros devedores está registado a compensação atribuída pela Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente com o objetivo de participar nos trabalhos desenvolvidos pelos serviços agrícolas na campanha de beterraba de 2017, no valor de duzentos e sessenta e um mil euros.



Facil
[Signature]
Facil

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica Perdas por imparidade teve o seguinte movimento:

	2019	2018
Clientes		
Saldo inicial	1 317 409,01	1 317 409,01
Aumentos	-	-
Utilizações	-1 046 922,11	-
Saldo Final	<u>270 486,90</u>	<u>1 317 409,01</u>

11 – Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores em 31 de dezembro de 2019 e 2018 resumem-se como se segue:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos por conta	2 780,76			
Pagamentos especiais por conta	19 056,74		25 319,42	
IRC – Retenções efetuadas	4 539,90		1 872,00	312,45
IR a pagar		69 117,74		
Retenção imposto s/ rendimento				
Trabalho dependente		2 167,00		2 802,00
Rendimentos profissionais		639,01		0,00
Retenções de terceiros			138 498,07	
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar / pagar		53 818,84		37 453,57
Imposto sobre o alcool		37 436,67		44 515,98
Contribuições para Segurança Social				
Contribuição p/ Seg.Social - normal		9 477,43		171 772,08
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		1 835 063,75		1 698 791,29
FCT e FGCT		48,20		52,48
Dididas ao estado - processos judiciais				1 897 016,30
	<u>26 377,40</u>	<u>2 007 768,64</u>	<u>165 689,49</u>	<u>3 852 716,15</u>



Zfacil
[Signature]
[Signature]

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquela declaração de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos, estando anualmente limitada a 70% do lucro tributável.

Em fevereiro de 2019 foi aprovado pelo Instituto de Segurança Social nos Açores, um plano prestacional global de 150 prestações, com pagamentos a efetuar até ao ano 2031. O plano prestacional têm como garantia a hipoteca do edifício da Sinaga, S.A. A prestação vencida em dezembro foi paga em janeiro de 2020.

Em setembro de 2019 foi aprovado pelo Instituto de Segurança Social nos Açores, um novo plano prestacional 1901201900193739 de 150 prestações, com pagamentos a efetuar até ao ano 2031. O plano prestacional têm como garantia a hipoteca do edifício da Sinaga, S.A. A prestação vencida em dezembro foi paga em janeiro de 2020.

O IVA referente a dezembro de 2019, no montante de 26.772,68 euros está em situação de mora.

Em 2016 houve o decaimento do processo nº 60/05.8BEPDL em contencioso com a Autoridade Tributária e Aduaneira desde 2005, no valor de 1.121.541,58 euros, sendo registado na contabilidade apenas o capital em dívida em 2016. Os juros não foram registados por estarem a ser reclamados em tribunal pela Sinaga. Esta situação foi regularizada em 2017 com o registo



Facil
[Signature]
[Signature]

na contabilidade do valor de 1.038.108,47 euros referente aos juros do processo. O total da dívida foi liquidada em setembro de 2019.

Em 2018 decaiu o processo 2992200501010603 em contencioso com a Autoridade Tributária e Aduaneira desde 2005, com o valor de 549.115,11 euros. O total da dívida foi liquidada em setembro de 2019.

A dívida às Finanças referente aos processos em contencioso é representada por:

	2019		2018	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Processo 200501008498	0,00	0,00	996 988,34	415 330,06
Processo 200501010603	0,00	0,00	372 415,73	112 282,17
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1 369 404,07</u>	<u>527 612,23</u>

12 – Diferimentos

48

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 compreende:

	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	6 031,70	5 011,99
	<u>6 031,70</u>	<u>5 011,99</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros	701 750,00	875 000,00
	<u>701 750,00</u>	<u>875 000,00</u>

13 – Capital realizado, reservas e resultados acumulados

Em 2015, o capital social da SINAGA, no montante de 1.853.000 euros, é representado por 370.600 ações com valor nominal de 5,00 euros, cada uma.



Z. Feil
[Signature]
Feil

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Ilhas de Valor, S.A., que correspondem a 100% do capital social (370.600 ações).

Em dezembro de 2015, foi realizada uma operação harmónio, que consistiu na redução a zero do capital social da Sinaga, S.A., seguida de um aumento de capital social para 1.853.000 euros, o qual não foi subscrito pelos restantes acionistas e, conseqüentemente, a sociedade Ilhas de Valor, S.A. passou a deter a totalidade do capital social.

Em 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de 900.000,00 euros, mediante a emissão de 180.000 novas ações com o valor nominal de 5,00 euros cada. O aumento de capital foi realizado pelo acionista Ilhas de Valor, SA em 30% por entradas em dinheiro, o remanescente 70% (630.000,00 euros) foi realizado pelo acionista em 2017.

O capital em 2016 é de 2.753.000,00 euros, representado por 550.600 ações, com valor nominal de 5,00 euros cada.

Em dezembro de 2016 foi deliberado transferir para prestações acessórias os suprimentos efetuados pelo acionista Ilhas de Valor, SA, no montante de 2.034.131,67 euros.

49

Em 2017, pela Resolução do Conselho do Governo nº 134/2017 de 6 de dezembro de 2017, foi autorizada a transmissão não onerada da totalidade das 550.600 ações da Sinaga, detidas pelas Ilhas de Valor, SA, para a Região Autónoma dos Açores, ficando esta com 100% do capital.

Foi também deliberado um aumento de capital social em espécie, mediante a entrada do prédio urbano com artigo matricial 2179, localizado nas Capelas, e com o valor de avaliação de 2.870.320,00 euros (dois milhões oitocentos e setenta mil e trezentos e vinte euros) propriedade do atual acionista Região Autónoma dos Açores.

A rubrica "Reservas de reavaliação" resulta da avaliação do imobilizado corpóreo, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em



Z. Facil
[Signature]
[Signature]

determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da empresa ou em situações específicas na legislação. As variações ocorridas nesta rubrica estão relevadas no respetivo mapa das demonstrações financeiras.

Em 2014 foi feita uma reavaliação ao terreno e imóvel da Rua de Lisboa resultando uma variação no capital próprio no montante de 4.456.688,82 euros.

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 5% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Como indicado na Nota 8, em 2013 foi efetuada uma avaliação da marca "SINAGA" em referência a 31 de dezembro de 2013, obtido com base numa avaliação elaborada por avaliador independente em 15 de janeiro de 2014, no pressuposto de que dependerão benefícios intemporais futuros para a atividade da SINAGA, e que resultou numa variação positiva nos capitais próprios de 240.000,00 euros.

50

De acordo com o n.º 1 do artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), "resultando das contas de exercício ou de contas intercalares, tal como elaboradas pelo órgão de administração, que metade do capital social se encontra perdido, ou havendo em qualquer momento fundadas razões para admitir que essa perda se verifica, devem os administradores requerer prontamente a convocação" da assembleia geral "a fim de nela se informar os sócios da situação e de estes tomarem as medidas julgadas convenientes."

14 – Passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos resume-se como se segue:



Facil
[Signature]
[Signature]

Em 31 de Dezembro de 2019

	Saldos inicial	Capitais próprios	Reversão	Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Impostos diferidos - marca	30 744,00	-	4 392,00	26 352,00
Impostos diferidos - excedente revalorização	0,00	257 993,26		257 993,26
	<u>30 744,00</u>	<u>0,00</u>	<u>4 392,00</u>	<u>284 345,26</u>

Em 31 de Dezembro de 2018

	Saldos inicial	Capitais próprios	Reversão	Saldo final
Passivos por impostos diferidos				
Impostos diferidos - marca	32,256.00	-	1,512.00	30,744.00
	<u>32,256.00</u>	<u>0.00</u>	<u>1,512.00</u>	<u>30,744.00</u>

Em 2019 a Sinaga registou os passivos por impostos diferidos relativos aos excedentes de revalorização originados pelas reavaliações livres do edifício em anos anteriores.

51

15 – Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica classificado no passivo como corrente, decompõe-se como segue:



Rafael
João
Henri

	Corrente		Não corrente	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores				
Fornecedores C/C	1 685 023,60	1 944 385,03	-	-
	<u>1 685 023,60</u>	<u>1 944 385,03</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras dívidas a pagar				
Pessoal	67,74	700,29		
Cientes com saldo credor	894,96	0,00		
Adiantamento de clientes	151 331,05	1,69		
Remunerações a liquidar	66 344,40	91 142,92		
Juros a liquidar	225 640,30	168 356,36		
O. Credores por acréscimos	9 196,49	11 137,95		
Outros credores	587 034,40	283 655,61		
	<u>1 040 509,34</u>	<u>554 994,82</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

16– Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os financiamentos constantes no passivo corrente e não corrente, encontram-se assim repartidos:

52

	2019	2018
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	16 352 927,83	19 385 038,81
	<u>16 352 927,83</u>	<u>19 385 038,81</u>
Correntes		
Empréstimos Bancários	3 983 450,18	1 174 004,29
Locações Financeiras	0,00	8 320,12
	<u>3 983 450,18</u>	<u>1 182 324,41</u>
	<u>20 336 378,01</u>	<u>20 567 363,22</u>



Eficial
[Signature]
[Signature]

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os financiamentos discriminam-se assim:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Santander - 117503330843	6 636 188,84	6 941 000,00
CA - 48774	4 845 000,00	4 845 000,00
BIC	76 391,77	138 637,36
CEMAH	4 325 868,34	4 581 433,55
Novo Banco	1 869 117,00	1 869 117,00
BPG	1 750 000,00	1 750 000,00
Emp. Não corrente a abater em 2020	-3 149 638,12	-740 149,10
Empréstimos Passivo não Corrente	<u>16 352 927,83</u>	<u>19 385 038,81</u>
BCP - CCC	100 000,00	100 000,00
BCP - Factoring	217 475,99	105 030,97
BCP - 2290708041	102 500,07	184 500,03
Novo Banco - livranças	-	44 324,19
BCP Confirming	143 836,00	-
Emp. Santander	270 000,00	-
Empréstimos Bancários de longo prazo	<u>3 149 638,12</u>	<u>740 149,10</u>
Empréstimos Passivo Corrente	<u>3 983 450,18</u>	<u>1 174 004,29</u>
BNP PARIBAS L.SOL. 11300114	-	8 320,12
Locações financeiras	<u>0,00</u>	<u>8 320,12</u>
Total financiamentos obtidos	<u>20 336 378,01</u>	<u>20 567 363,22</u>

53

17 – Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Vendas e serviços prestados tinha a seguinte composição:



Z. Jacil
[Signature]
[Signature]

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas		
Mercadorias	2 215 688,87	1 841 002,73
Produtos acabados e intermédios	44 373,12	138 263,86
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	236 310,47	152 722,90
	<u>2 496 372,46</u>	<u>2 131 989,49</u>
Prestações Serviços	<u>4 536,80</u>	<u>3 534,11</u>
	<u>2 500 909,26</u>	<u>2 135 523,60</u>

18 – Subsídios à exploração

A rubrica de Subsídios à exploração em 2019 e 2018 detalha-se como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subsídios à exploração	<u>2 306 688,13</u>	<u>1 825 054,94</u>
Estado e outros entes públicos	2 306 688,13	1 825 054,94

54

19 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos detalha-se conforme se segue:



Facil
João
Ruaes

	2019	2018
Fornecimento e serviços:		
Subcontratos	0,00	2 433,14
Trabalhos especializados	45 127,16	36 761,88
Publicidade e propaganda	5 363,66	4 915,07
Vigilância e segurança	2 993,15	2 657,70
Honorários	13 250,52	18 176,31
Conservação e reparação	12 959,26	15 467,41
Serviços bancários	71 902,85	146 603,00
Outros	0,00	31,80
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 253,30	1 828,64
Livros e documentação técnica	120,00	45,00
Material escritório	4 247,57	2 578,98
Artigos para oferta	551,18	640,00
Electricidade	23 097,95	24 589,02
Combustíveis	861,14	1 000,03
Água	1 872,55	4 979,17
Deslocações e estadas	660,23	1 594,52
Transportes de mercadorias	71 909,62	76 236,66
Rendas e alugueres	20 239,01	6 250,91
Comunicação	8 718,67	10 969,46
Seguros	11 795,97	22 775,83
Contencioso e notariado	1 693,58	865,50
Despesas de representação	74,55	225,81
Limpeza, higiene e conforto	4 808,43	4 900,48
Outros fornecimentos e serviços	399,24	447,45
	<u>305 899,59</u>	<u>386 973,77</u>

20 – Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Gastos com o pessoal detalha-se conforme se segue:



2 Facil
[Signature]
[Signature]

	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	102 366,91	164 142,94
Remunerações do pessoal	311 841,11	377 141,21
Benefícios pós-emprego	8 618,96	8 618,96
Indemnizações	7 582,85	2 798,10
Encargos sobre Remunerações	91 066,90	128 975,57
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	10 938,48	12 892,54
Outros gastos com Pessoal	1 147,99	1 498,99
	<u>533 563,20</u>	<u>696 068,31</u>

O número médio de pessoas ao serviço da SINAGA durante os exercícios de 2019 e 2018 foi de 31 em cada ano.

As remunerações ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal são:

	2019		2018	
	Administração	C. Fiscal	Administração	C. Fiscal
Remunerações	102 366,91	9 000,00	164 142,94	9 000,00

56

Não existem quaisquer benefícios de curto prazo, longo prazo, cessação de emprego ou pós-emprego, bem como pagamentos com base em ações.



Faustino
Francisco
João

21 – Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outros rendimentos e ganhos resume-se como se segue:

	2019	2018
Rendimentos suplementares	60 963,09	117 245,97
Descontos de pronto pagamento obtidos	951,87	2 656,06
Recuperação dívidas a receber	98,61	0,00
Ganhos em inventários	10 574,40	14 153,98
Ganhos na alienação de ativos tangíveis	961 791,36	66 202,09
Outros rendimentos e ganhos:		
Correções relativas a períodos anteriores	2 532,93	10 524,25
Imputação subsídios	2 722,65	2 722,65
Outros não especificados	83 380,76	93 525,39
	<u>1 123 015,67</u>	<u>307 030,39</u>

Em 2019 foi vendido o prédio rústico, denominado *Mata da Correia*, sito na freguesia de Água de Alto, concelho de Vila Franca do Campo, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Franca do Campo, sob o n.º 3106/20170627, freguesia de Água de Alto, por um milhão e quinhentos mil euros, gerando uma mais valia de 915.000,01 euros, registada na rubrica “ganhos na alienação de ativos tangíveis”.

57

22 – Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outros gastos e perdas resume-se como se segue:



2.º
Facil
Boa
James

	2019	2018
Impostos	55 605,55	271 555,86
Descontos de pronto pagamento concedidos	8 791,41	21 501,62
Dividas incobráveis	519 143,95	9 511,33
Perdas em inventarios	117 117,60	67 283,94
Gastos e perdas em investimentos	0,00	32,16
Outros gastos e perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	6 588,38	42 183,14
Quotizações	410,00	360,00
Insuficiência da estimativa para impostos	8 087,79	0,00
Multas e penalidades	13 368,88	25 051,99
Outros não especificados	131 553,51	82 399,27
	<u>860 667,07</u>	<u>519 879,31</u>

Na rubrica “Outros não especificados” estão registados os encargos com os planos prestacionais da Segurança Social.

Em 2019 foi reconhecido na rubrica “Perdas em incobráveis” saldos de clientes irrecuperáveis, que não tinha sido constituída imparidade nos anos anteriores.

58

23 – Juros e rendimentos e gastos similares

Os juros e rendimentos e gastos similares em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:

	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	746 752,89	748 696,91
	<u>746 752,89</u>	<u>748 696,91</u>

24 - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:



*Facil
Bom
Kostas*

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Investimentos financeiros		
Investimentos em subsidiárias	209 497,12	209 497,12
Empréstimos concedidos	1 400 000,00	1 400 000,00
Pensões de reforma de pessoal	7 778,64	7 037,22
Outros inv. Financeiros - FCT	2 120,69	1 828,48
	<u>1 619 396,45</u>	<u>1 618 362,82</u>
Imparidades acumuladas	<u>(209 497,12)</u>	<u>(209 497,12)</u>
	<u>1 409 899,33</u>	<u>1 408 865,70</u>

A SINAGA detém uma quota de 15% da Sociedade “Fábrica de Cervejas e Refrigerantes João de Melo Abreu, Lda” no montante total de 209.497,12 euros e concedeu um empréstimo de 1.400.000,00 euros.

Em 2014, foi constituída uma imparidade no valor de 209.497,12 euros por força do capital próprio da Melo Abreu estar negativo em 2013.

59

Em 2016 foi reclassificado para a conta 415 outros investimentos financeiros o montante atual de 7.037,22 euros, por ser um fundo com maturidade superior a 1 ano, referente a duas garantias de pagamento de pensões, que estão na CGD.

25 – Responsabilidades contingentes

Valor global dos compromissos financeiros, que não figura no balanço e na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa.

Descrição do litígio	Valor	Estado Atual	Seguro	Estimativa final de responsabilidades



2ª fase

Contencioso Aduaneiro – Açúcar – Tribunal Tributário do Porto (Processo nº 449/04.0BEPRT)	1.243.660,69	Em recurso	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%
Recurso interposto para o Tribunal Central Administrativo Sul - Processo nº 88/08.6BEPDL, contra IFAP	119.436,00	A 21.12.2018 fomos notificados do acórdão que deu vencimento ao nosso recurso e devolve o processo ao TAFPD para novo julgamento. Ainda não transitou em julgado.	Não aplicável	Em caso de decaimento, o valor indicado será acrescido de 25%

Os valores acima totalizam um montante de 1.363.096,69 euros, que em caso de decaimento tem um acréscimo de custo para a empresa de mais 25%, conforme indicado no quadro acima, totalizando 1.703.871,00 euros.

À data de 31 dezembro de 2018 existe uma garantia não financeira prestada pelo Santander para efeitos de garantir o conteúdo do entreposto fiscal de álcool a favor das Alfândegas de Ponta Delgada, no montante de 50.000,00 euros.

Contabilista Certificado

Lucia Maria Brasil Eng

O Conselho de Administração

Carlos Teófilo
[Signature]



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

61

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, vimos apresentar o nosso Relatório e dar Parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação do resultado que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., relativos ao exercício de 2019.

- 1- No desempenho das funções de fiscalização que nos estão cometidas, acompanhámos, ao longo do exercício de 2019, a actividade da empresa, através da informação contabilística e de contactos estabelecidos com a administração e serviços.
- 2- De acordo com o nº 1 do Artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, apreciamos o relatório de gestão, as contas do exercício e a certificação legal das contas.
- 3- Do mesmo modo, nos termos do nº 2 do referido Artigo, o Conselho Fiscal declara a sua concordância com a certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas.

Considerando as verificações a que procedemos, no exercício da competência que nos é atribuída pelo Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, somos de

PARECER

que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019;



Two handwritten signatures are present at the bottom of the page. The first signature is written in dark ink and appears to be 'D. Silva'. The second signature is written in a lighter ink and appears to be 'W. Pereira'.

b) A proposta de aplicação do resultado constante do relatório de gestão.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2020

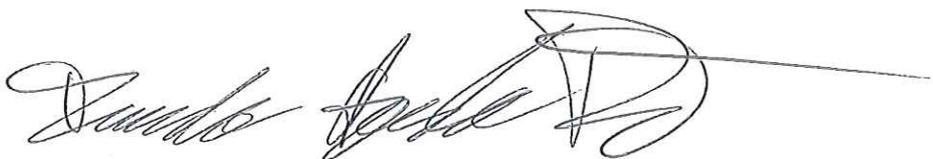
O CONSELHO FISCAL



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Presidente e ROC



Celestina Filomena Gonçalves Oliveira (Dra.) – Vogal



Fernando Roberto Arruda de Azeredo Pontes (Dr.) – Vogal





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

64

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 26.453.548 euros e um total de capital próprio de 491.615 euros, incluindo um resultado líquido de 240.647 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com Reservas”, parágrafos 1 e 2 e possíveis efeitos parágrafo 3, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com Reservas

1. Em 16 de Dezembro de 2013, foi celebrado um contrato de suprimentos entre a SINAGA – SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A. e a FÁBRICA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES JOÃO DE MELO ABREU, LDA. no montante de 800.000,00 € (Oitocentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e o pagamento dos juros desde 16 de Junho de 2014.

Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Adicionalmente, em 18 de Fevereiro de 2014, foi celebrado novo contrato de suprimentos entre as mesmas empresas, no montante de 600.000,00 € (Seiscentos mil euros), tendo sido estipulado que o reembolso seria efetuado em 21 (vinte uma) prestações semestrais, com início em 16 de Junho de 2015 e a primeira prestação do pagamento dos juros em 16 de Junho de 2014. Assim, o total dos contratos de suprimentos totaliza o valor de 1.400.000,00 € (Um milhão e quatrocentos mil euros), não tendo sido verificado, até à presente data, qualquer reembolso dos mesmos, nem constituída qualquer imparidade, para além do não pagamento dos juros devidos totalizar 418.263 euros, em 31/12/2019. Acresce aos valores atrás indicados o montante de 85.490 euros referente ao fornecimento de bens e à prestação de serviços na mesma data.

2. Como indicado na nota nº 25 do Anexo e no Relatório de Gestão, sobre a Sinaga foram instaurados vários processos judiciais, cuja resolução pelos tribunais está em curso, não tendo sido constituída qualquer provisão para fazer face a perdas estimadas no montante de 1.912.884 euros.
3. Por falta de elementos adequados, designadamente de um estudo técnico atualizado de avaliação por peritos independentes, não nos é possível ajuizar sobre o valor atual dos ativos fixos tangíveis, nem concluir sobre a adequacidade do montante das amortizações do exercício e da necessidade, ou não, de efectuar uma amortização extraordinária.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Incerteza material relacionada com a continuidade

As demonstrações financeiras da empresa apresentam um capital próprio na situação descrita no Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

No entanto, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual se encontra dependente do apoio financeiro do acionista e da rentabilidade futura das suas operações.

Ênfase

1. Uma vez que a sociedade se encontra na situação prevista no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, devem os membros da administração dar cumprimento ao disposto no referido artigo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC nº 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC nº 1365)

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Sócios

Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º 520)
Catarina Isabel Furtado Pacheco (ROC n.º 1365)

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 28 de Fevereiro de 2020



Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda.
representada por
Duarte Félix Tavares Giesta (ROC n.º520)



SINAGA - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2018

SINAGA - SOCIEDADE DE INDÚSTRIAS AGRÍCOLAS AÇORIANAS, S.A.